

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE**  
2 **BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, NO AUDITÓRIO DA**  
3 **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.**

4 Aos trinta dias do mês de abril de mil, novecentos e noventa e oito, realizou-se a  
5 reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:30 horas, a secretária  
6 geral do Conselho, Simone Dutra Lucas, dá início aos trabalhos convocando os  
7 demais membros da mesa diretora para tomarem assunto à mesa. A reunião tem a  
8 seguinte pauta: 1 - Informes; 2 - Avaliação do CMS no período 1996/1998; 3 -  
9 Plenária Municipal de Saúde. Iniciando os informes, Simone, lê convite para a posse  
10 do Conselho Distrital Oeste que se realizará no dia 04/05, às 19:00 horas no PAM  
11 Campos Sales e solicita que algum conselheiro compareça representando o CMS. A  
12 conselheira Maria Josefina, justifica a ausência do conselheiro Jader Campomizzi,  
13 passa informes da Câmara Técnica de Comunicação e lê carta da Comissão Local de  
14 Saúde do bairro Ouro Preto ao secretário Athos de Carvalho, protestando contra a lei  
15 de mudança dos nomes de cem Centros de Saúde, aprovada pela Câmara de  
16 Vereadores, sancionada pelo prefeito e publicada no Diário Oficial do Município do  
17 dia 09/04/98. Convida também para a posse do Conselho Distrital da Pampulha, que  
18 será realizada no dia 12/05/98. O conselheiro Eduardo, informa que os vereadores  
19 Rogério Correia e Sérgio Ferrara, entraram com projeto na Câmara de Vereadores  
20 propondo a revogação da lei a que a Comissão Local Ouro Preto se refere na carta  
21 lida por Maria Josefina. Passa informe sobre a aprovação na Câmara do projeto de lei  
22 que altera dispositivos da Lei 5903, que criou o Conselho Municipal de Saúde. O  
23 participante Lúcio Cardoso, fala de denúncia formalizada por ele junto ao Conselho,  
24 de mau atendimento no Posto Carijós onde tinha uma consulta marcada de ortopedia.  
25 Simone, informa sobre correspondência do vereador Sávio Souza Cruz enviada ao  
26 Conselho, em resposta ao Ofício que solicitou a retirada do projeto dos cem nomes,  
27 esclarecendo que a mesa diretora decidiu encaminhar cópias da mesma às Comissões  
28 Locais e Conselhos Distritais, juntamente com cópias dos ofícios que o CMS enviou  
29 ao vereador e ao prefeito e do DOM que publicou a Lei. Complementa as  
30 informações da conselheira Maria Josefina, questionando o trabalho da empresa  
31 Contexto, contratada pela Secretaria e que se encarrega do Jornal dos Conselhos. A  
32 conselheira Cristina, passa informes da Conferência Distrital Leste, enfatizando a  
33 pouca participação dos trabalhadores e questionando a organização do evento, assim  
34 como, a forma como foi conduzida a Conferência. A chefe de gabinete, Maria José  
35 Antunes, justifica as ausências do secretário de saúde, Athos de Carvalho e do  
36 secretário-adjunto, Fausto Pereira dos Santos. Em seguida, presta esclarecimentos  
37 sobre as informações passadas por Cristina. O conselheiro João Athayde, informa  
38 sobre a Conferência Distrital Noroeste, elogiando o nível dos debates, que considerou  
39 elevado. Levanta questão referente a trabalhadores participantes da Conferência  
40 Noroeste, que não puderam ficar até a eleição dos delegados à Plenária Municipal por  
41 terem que cumprir plantão em seus locais de trabalho e reivindicam o direito de irem  
42 como delegados à Plenária. O conselheiro Antônio Gomes, passa informes sobre a  
43 Policlínica Silveira e defende que aquela unidade entre em funcionamento mesmo

44 com um número de funcionários menor que o programado. O participante Islande, da  
45 Comissão de Saúde do bairro União, fala sobre a lei dos cem nomes e de moção de  
46 repúdio à lei aprovada naquela Comissão, que sugeriu um nome para o Centro de  
47 Saúde local. Pergunta ao conselheiro Eduardo Leal, qual proposta teria o vereador  
48 Rogério Correia para sensibilizar os vereadores no sentido de atenderem às  
49 reivindicações das comunidades em relação à lei e pede um posicionamento do CMS.  
50 Defende o nome do Dr. Márcio de Oliveira Campos, indicado pela Comissão de  
51 Saúde União. Comenta a questão da Policlínica Silveira, informando que a  
52 comunidade não aceita a transferência do Centro de Saúde Ozanan para o local da  
53 Policlínica. Simone esclarece ao senhor Islande, que a mesa diretora do CMS, já  
54 definiu que o Conselho não irá interferir na escolha dos nomes para as unidades de  
55 saúde e não fará qualquer indicação. O conselheiro Paulo César, faz comentários  
56 sobre a Conferência Distrital Leste e passa informes do Conselho de Usuários do  
57 Hospital das Clínicas cuja plenária de instalação se dará nos dias 29 e 30/05. Simone  
58 registra a presença de alunos do curso de Odontologia da PUC e UFMG. O  
59 conselheiro Roberto, complementa as informações da Conferência Distrital Leste,  
60 confirmando problemas e defendendo maior unidade entre os segmentos que,  
61 participam do Controle Social. Cobra discussão sobre a Central de Marcação de  
62 Consultas que, segundo diz, solicitou ao Conselho desde o início do ano e diz que  
63 gostaria de saber se já estão na Central as consultas dos Hospitais da Baleia, Santa  
64 Casa e Odilon Behrens. O participante Geraldo Florêncio, da Comissão Local de  
65 Saúde Vista Alegre, reivindica recursos humanos para aquela unidade e questiona a  
66 não convocação de trabalhadores já concursados. Comenta a lei dos cem nomes,  
67 falando que não houve respeito às comunidades. O conselheiro Leonardo, diretor do  
68 Distrito Sanitário Norte, informa sobre a Conferência Distrital Norte e entrega a  
69 relação de delegados à Plenária Municipal e relatório daquela Conferência. O  
70 conselheiro Alcides, passa informes da plenária de usuários realizada ontem 29/04.  
71 Acrescenta proposta de fortalecimento das Comissões Locais que obedeceria a um  
72 planejamento estratégico a ser desenvolvido. No ponto seguinte da pauta: Avaliação  
73 da atuação do CMS no período 96/98, Simone esclarece que está elaborando,  
74 juntamente com o conselheiro Paulo César, um texto para a Plenária Municipal que  
75 compreenderia um plano de lutas a cargo de Paulo César e um balanço das atividades  
76 do Conselho de que ela se encarregou. Acrescenta que o trabalho ainda está sendo  
77 realizado mas o plenário recebeu cópia do que foi produzido até o momento. Inicia a  
78 avaliação colocando a opinião de que é necessário aprimorar a integração entre o  
79 Conselho Municipal e os distritais, aos quais considera que falta estrutura para  
80 assumirem questões do Controle Social que necessariamente não passariam pelo  
81 CMS. Outro ponto que considera frágil, é a comunicação que, segundo diz, apesar do  
82 esforço da Câmara Técnica encontra desde entraves burocráticos, até a falta de  
83 correspondentes nos distritos. Avalia que os cursos de conselheiros devem ser mais  
84 constantes para propiciar uma formação permanente. A conselheira Rosalina, lembra  
85 que entre as atividades desenvolvidas pelo Conselho estão a realização da I

86 Conferência Municipal de Saúde da Mulher e a Resolução que determinou a  
87 prestação de contas dos convênios aprovados pelo CMS. Fala que, na sua opinião,  
88 falta ao Conselho uma ação mais incisiva no sentido de cobrar da Secretaria. Cita  
89 como exemplo a questão do plano municipal de saúde e o relatório de gestão de 1997,  
90 até o momento não apresentado. O conselheiro Fausto Santos, avalia como positiva a  
91 atuação do Conselho que, no seu entendimento, avançou em diversos aspectos,  
92 colocando-se como vanguarda no processo de construção do Controle Social. Diz que  
93 também no papel de interlocutor político, o conselho cresceu muito. Considera a  
94 aprovação do projeto que modifica a lei de criação do Conselho, uma importante  
95 vitória política. No entanto, entende que houve momentos em que priorizou-se  
96 discussões que considera internista deixando de discutir questões mais amplas,  
97 criando o desinteresse de alguns setores pelas reuniões. O conselheiro João Athayde,  
98 avalia que, do ponto de vista funcional, o Conselho cumpriu o seu papel, mas ainda  
99 não conseguiu um processo mais ágil e dinâmico. Propõe que se crie um grupo de  
100 estudo para preparar as reuniões que, no seu entendimento, precisam ser mais ágeis,  
101 concordando com Simone quanto à necessidade de melhor estruturar os Conselhos  
102 Distritais. Solicita ao secretário-adjunto que os relatórios de gestão e financeiro sejam  
103 elaborados em linguagem que facilite a compreensão de todos os conselheiros. O  
104 conselheiro Paulo César, considera que a gestão do Conselho, na atual composição,  
105 foi muito rica. Concorde com toda a avaliação feita pelo conselheiro Fausto Santos e  
106 destaca a realização das Conferências Distritais, especialmente quanto à participação  
107 dos usuários. Fala que, na sua opinião, houve no Conselho uma fragmentação com a  
108 hegemonização pelo segmento dos trabalhadores, o que entende ter provocado o  
109 esvaziamento das reuniões pela retirada de representantes de outros segmentos,  
110 desinteressados pelos temas que considera de cunho sindical. Defende um maior nível  
111 de controle sobre o setor privado que, na sua opinião, poderia dar uma maior  
112 contribuição ao SUS/BH. Explica o conteúdo do texto que escreveu. O conselheiro  
113 Luiz Moraes, reforça as palavras do conselheiro João Athayde, acrescentando que, na  
114 sua opinião, foram feitos vários discursos bonitos que não contribuíram para  
115 melhorar a saúde. A conselheira Maria Josefina, também avalia que a gestão do  
116 conselho foi muita rica e considera que o grande avanço foi a estruturação da Câmara  
117 Técnica de Comunicação com a contribuição da UFMG. Outro grande avanço que  
118 entende ter ocorrido, foi a criação da plenária de usuários. Como ponto negativo,  
119 aponta o horário de início das reuniões. Simone lembra que o avanço na organização  
120 dos usuários levou-os a produzirem um texto para a Plenária Municipal. O  
121 participante Antônio Carlos, conselheiro distrital Nordeste, concorda com Maria  
122 Josefina sobre a questão do horário e questiona a ausência do Secretário Athos de  
123 Carvalho. Enfatiza a necessidade de se aprimorar a prestação de contas, entendendo  
124 que o esvaziamento de que o Paulo César falou, está relacionado à dificuldade de  
125 muitos conselheiros entenderem as contas apresentadas. Critica a saída de  
126 conselheiros antes do término das reuniões. O conselheiro Eduardo, antecipa suas  
127 despedidas do Conselho e avalia que a integração entre os conselhos municipal,

128 distritais e locais é um ponto ainda a ser aprimorado e concorda que faltou o debate  
129 político de questões que considera centrais. Entende que algumas das discussões  
130 trazidas ao Conselho por trabalhadores e usuários, que deveriam ser discutidas em  
131 outros fóruns, deve-se ao reconhecimento de que este é um fórum que funciona. O  
132 conselheiro Leonardo, endossa as falas de Fausto e do Paulo César, acrescentando  
133 que falta eficácia e oportunidades iguais para que todos os segmentos sejam ouvidos.  
134 Defende também o fortalecimento dos Conselhos Distritais e Locais. A conselheira  
135 Vera, avalia que a gestão atual do CMS foi altamente positiva, com um grande salto  
136 na qualidade das discussões. Concorda que as Conferências Distritais foram um fator  
137 de destaque principalmente pelo conteúdo das propostas apresentadas. Entende que  
138 na próxima gestão, é fundamental investir nas Comissões Locais e Conselhos  
139 Distritais e dar ênfase ao financiamento, que considera o grande eixo de discussão  
140 para mobilizar a atuação destas instâncias. A conselheira Geralda, avalia que o fato de  
141 estar no Conselho como trabalhadora sendo gerente de unidade de saúde, provocou  
142 incompreensões quanto a seus posicionamentos. Considera que a não efetivação dos  
143 conselheiros eleitos de acordo com a nova lei, foi uma falha do governo e do  
144 Conselho que, na sua opinião, não investiram o suficiente para que a lei pudesse  
145 vigorar dentro da gestão que ora se encerra. Considera tímida a atuação do Conselho  
146 em muitos momentos e questiona que o trabalhador seja cobrado no local de trabalho  
147 por suas opiniões expressadas no CMS. Discorda do texto apresentado aos  
148 conselheiros onde, segundo diz, consta que faltou avaliação do desempenho das  
149 unidades de saúde e pontua algumas questões como o modelo, que, na sua opinião,  
150 foram pouco aprofundadas. Defende que o acolhimento seja aprimorado. Fala que  
151 muitos Conselhos Distritais e Comissões Locais funcionam de forma precária, dando  
152 a impressão de que existe um Controle Social na Saúde, o que do seu ponto de vista,  
153 não corresponde a realidade. Questiona os convênios para assistência especializada.  
154 O conselheiro Rogério, lamenta as posições dos representantes do governo que, na  
155 sua opinião, culpam os trabalhadores pelos problemas do Conselho quando  
156 deveriam, no seu entendimento, culpar os que diz terem entrado para o Conselho  
157 representando as forças políticas que apóiam o governo. Pergunta se o governo  
158 pretende construir o SUS sem os trabalhadores e diz que estes repudiam esse tipo de  
159 discurso, acrescentando que o único setor a apresentar propostas concretas para a  
160 Plenária de Saúde, até o momento, foi o dos trabalhadores. A conselheira Cristina, diz  
161 endossar as palavras do conselheiro Luiz Moraes e dirige-se a todos os usuários  
162 afirmando que, embora sejam eles a maioria, quem determina o que será aprovado ou  
163 não no Conselho é o governo. Questiona o não encaminhamento da eleição para  
164 gerentes e diz ser falácia a afirmação de que os trabalhadores têm hegemonia no  
165 Conselho porque, segundo diz, a participação desse segmento é pouca, por ser  
166 sempre dificultada pela ação do governo. Fala que leu no relatório da X Conferência  
167 Nacional de Saúde que a valorização dos servidores e PCCS foram deliberados, mas  
168 no CMS quando os trabalhadores tentam discutir essas questões, considera-se que não  
169 são assuntos para o Conselho discutir. Lê texto escrito por Valdir de Castro Oliveira,

170 de Brumadinho, sobre o Controle Social. O conselheiro José Osvaldo, esclarece sobre  
171 a fala do Rogério, que o documento dos usuários está sendo concluído e este  
172 segmento já apresentou propostas sobre o acolhimento que estão no Jornal dos  
173 Conselhos. Considera como positivos o avanço na organização dos usuários, a  
174 participação de parte dos trabalhadores, já que este segmento, na sua opinião, deixou  
175 de estar presente em muitos momentos. Também avalia como ponto positivo a  
176 participação do governo e dos representantes de hospitais filantrópicos. Avalia  
177 também o trabalho das Câmaras Técnicas, com ênfase na de Comunicação, da qual é  
178 o coordenador e considera como aspecto negativo o não funcionamento da CT de  
179 Saneamento, criada por deliberação da V Conferência e da CT de Municipalização.  
180 Critica a atuação da CTFCA quanto a não apuração de denúncias, transferindo-as  
181 sempre para o Controle e Avaliação da Secretaria. Considera que outro ponto  
182 negativo, foi a ausência nas reuniões dos representantes dos hospitais públicos e  
183 privados durante este período. A presidente do CD Noroeste, Maria do Carmo, avalia  
184 que o CMS cresceu muito e as falhas, na sua opinião, devem-se à falta de organização  
185 e estrutura dos Conselhos Distritais e Comissões Locais já que, segundo diz,  
186 denúncias relativas ao funcionamento de unidades de saúde ou reclamações pela falta  
187 de medicamentos e outros, deveriam ser encaminhadas através daquelas instâncias do  
188 Controle Social, cabendo ao CMS a discussão mais ampla da política de Saúde.  
189 Encerradas as avaliações, Simone propõe que no próximo ponto de pauta, sobre a  
190 Plenária Municipal e Conferências, as pendências sejam remetidas para análise e  
191 deliberação da Comissão Organizadora. Cita como pendências, erro no número de  
192 delegados do quadro anteriormente elaborado, relatório da Comissão do  
193 Acolhimento, entidades e instituições que não participaram das Conferências  
194 Distritais mas reivindicam participar da Plenária Municipal, entre estas, o SIND-UTE  
195 e a Universidade Federal. Outra pendência citada é a reivindicação do Distrito  
196 Sanitário Centro-Sul de que seja acatada decisão da Conferência Distrital lá realizada,  
197 que elegeu delegados usuários e trabalhadores em número maior que o previsto, nas  
198 vagas dos prestadores, porque este segmento não participou daquela Conferência  
199 Distrital. O conselheiro Eduardo, discorda que todas as pendências sejam remetidas à  
200 Comissão Organizadora exemplificando com a escolha dos delegados trabalhadores  
201 da saúde, cujas vagas não foram preenchidas nas Conferências Distritais e que o  
202 Regimento da Plenária prevê a convocação de uma reunião, com participação das  
203 entidades sindicais para o preenchimento. Propõe que esta reunião já fique marcada  
204 para a próxima quarta-feira (06/05), que considera data-limite. Outras questões  
205 pendentes, considera que possam ser remetidas à Comissão Organizadora. Levanta a  
206 questão de não ter sido pensada a garantia de creche para atender aos filhos dos  
207 delegados. O conselheiro Paulo César, concorda que algumas pendências sejam  
208 remetidas à Comissão Organizadora, mas discorda de que as questões relativas aos  
209 delegados sejam incluídas, por entender que isso já está regulado, ressaltando o erro  
210 nos números que é de 04 (quatro) delegados e considera fácil de resolver na presente  
211 reunião. Entende entretanto, que ao setor privado e prestadores públicos, cuja

212 participação não está garantida por não terem ido as Conferências Distritais, seja  
213 encaminhado Ofício estipulando um prazo para que indiquem seus delegados.  
214 Defende que a reivindicação da Centro-Sul seja indeferida porque contraria o  
215 regimento e altera a paridade. Levanta a necessidade de solução imediata da questão  
216 do transporte dos delegados e da consolidação dos relatórios das Conferências  
217 Distritais, nos três pontos já definidos: Recursos Humanos, Controle Social e Modelo  
218 de Gestão, tirando-se de cada tema um item para ser debatido. Propõe que seja  
219 formado um grupo para trabalhar no consolidado e defende que o plenário defina que  
220 o ponto de referência para discussão de cada tema seja a questão metropolitana.  
221 Simone, coloca que, na sua opinião, a produção coletiva de um texto é demorada e  
222 propõe que a pessoa indicada para apresentar os relatórios das distritais sobre cada  
223 um dos três temas seja encarregada de fazer o consolidado. Eduardo, fala que alguns  
224 técnicos da Secretaria, estariam disponíveis para ajudar no consolidado e pergunta se  
225 eles se juntariam à pessoa que fará o relato para produzir o documento. O conselheiro  
226 Fausto Santos, propõe que seja esse o encaminhamento e que o compilado a ser  
227 produzido e o tema pinçado para debate, sejam apresentados na reunião da Comissão  
228 Organizadora marcada para terça-feira (05/05) quando seriam analisados. Segundo a  
229 proposta, os conselheiros Eduardo Leal, Geraldo Mossem e Vera Figueiredo,  
230 indicados para apresentar os temas relativos a Recursos Humanos, Controle Social e  
231 Modelo Assistencial, respectivamente, se reuniriam com o técnico da Secretaria que  
232 irá colaborar na elaboração do documento em cada tema, para fazerem o compilado.  
233 Uma trabalhadora da regional Noroeste, diz ter participado de toda a Conferência  
234 Distrital daquela regional, sendo obrigada a se retirar antes da eleição dos delegados  
235 para assumir um plantão na psiquiatria e reivindica o direito de ser delegada à  
236 Plenária Municipal. O conselheiro João Athayde, reforça a reivindicação da  
237 trabalhadora da Noroeste, informando que outros trabalhadores da Noroeste estão na  
238 mesma situação. O conselheiro Alcides, pergunta se propostas não incluídas nos  
239 relatórios das distritais, poderão ser feitas durante a Plenária Municipal. Esclarecida a  
240 dúvida, a conselheira Rosalina, pede esclarecimento quanto ao pinçamento de um  
241 único tema para debate, perguntando se as outras questões discutidas nas distritais  
242 que não forem pinçadas não poderão ser discutidas e acrescenta, que, na sua opinião,  
243 a questão da Centro-Sul terá de ser definida na presente reunião, para que os  
244 delegados excedentes eleitos sejam comunicados à tempo de não comparecerem à  
245 Plenária, já que não serão sequer observadores, pelo que está no regimento. Para  
246 entendimento do plenário, Simone faz a leitura do documento da Centro-Sul em que é  
247 feita a referida reivindicação. José Osvaldo, fala de documentos que deverão ser  
248 entregues aos participantes da Plenária e pergunta de que forma será garantida a  
249 reprodução dos mesmos. Paulo César, fala que a idéia inicial era de que cada  
250 documento tivesse no máximo duas páginas e considera que, se de um lado é positivo  
251 o surgimento de documentos mais extensos, é necessário ser feita uma sinopse dos  
252 textos para garantir a reprodução e facilitar a leitura pelos delegados. Esclarece que as  
253 idéias inicialmente colocadas, visavam agilizar os trabalhos da Plenária Municipal

254 que será realizada em tempo menor do que seria o de uma Conferência Municipal.  
255 Simone, coloca sua posição divergente do entendimento do Paulo César. Eduardo,  
256 retorna sua proposta anterior sugerindo que os delegados que estão excedendo na  
257 Centro-Sul participem da reunião com as entidades na quarta-feira. Concorde com os  
258 esclarecimentos prestados por Paulo César reafirmando que só um item dentro do  
259 relatório consolidado das distritais, referente a cada tema, será discutido e deliberado,  
260 sendo os demais remetidos para o Conselho, se forem propostas contraditórias entre  
261 si, para definição e consideradas aprovadas, caso não haja contradição. Simone  
262 questiona quem irá arbitrar sobre o tema a ser pinçado, se dois de igual relevância  
263 estiverem entre os mais discutidos nas distritais, dando o exemplo do acolhimento e  
264 PSF. Eduardo esclarece que, nesse caso ao invés de definir se será acolhimento ou  
265 PSF poder-se-á discutir programas de acesso ao atendimento à saúde pública em Belo  
266 Horizonte, na perspectiva da região metropolitana. Paulo César, acrescenta que isso  
267 não deverá perder de vista a perspectiva de que a prioridade será dada a questões  
268 metropolitanas. Eduardo complementa, que isso não poderá impedir que questões  
269 colocadas e que preocupem no nível municipal possam ser debatidas. Geralda  
270 Margarida, fala que está havendo um vai e vem sobre questões diferenciadas e falta  
271 uma secretária na mesa que sintetize as propostas para facilitar a votação. A  
272 conselheira Adélia, declara-se triste em saber que os recursos para realização da  
273 Plenária Municipal estão escassos e fala que há dois anos atrás sonhava-se que a  
274 próxima teria recursos suficientes e pergunta de que forma as instituições formadoras  
275 de RH para a saúde foram informadas sobre o regimento, se ele foi encaminhado às  
276 instituições, se elas foram convocadas para alguma região, explicando que na  
277 Universidade Federal não chegou nenhuma informação. Simone, esclarece que essas  
278 informações ficaram à cargo do Conselho Distrital. Encaminhando as propostas,  
279 Simone propõe que a proposta do Fausto sobre o texto de consolidação dos relatórios  
280 das Conferências Distritais, seja aprovada por consenso do plenário. Proposta  
281 acatada. Quanto à proposta do Eduardo de realização de reunião na quarta-feira  
282 (06/05) para complementar as vagas não preenchidas dos trabalhadores, Fausto  
283 complementa propondo que aos prestadores públicos, privados e formadores seja  
284 encaminhado ofício no sentido de que indiquem seus representantes. Também esse  
285 encaminhamento foi acatado. Simone, coloca os dois pontos ainda pendentes: creche  
286 e transporte para a Plenária Municipal. Fausto, propõe que na segunda-feira (04/05)  
287 cada distrito indique o melhor local para saída dos ônibus em direção à AABB, na  
288 Pampulha, local de realização da Plenária Municipal. Simone acrescenta que, em  
289 relação aos ônibus que sairão do centro da cidade, foram aventadas as hipóteses de  
290 saída de frente ao Hotel Financial, na Avenida Afonso Pena, e da praça da Estação  
291 Ferroviária, tendo sido levantado o questionamento quanto à praça da Estação, onde  
292 as quintas-feiras se realiza uma feira de artesanato, o que poderia prejudicar a saída  
293 dos ônibus dali. Eduardo esclarece que quanto aos ônibus que sairão do Centro, já  
294 havia sido delegado ao gabinete a negociação com a BHTRANS quanto ao melhor  
295 local. Diz que a exceção do Barreiro e Venda Nova, as outras regiões viriam para o

296 Centro. Simone propõe, como forma de encaminhamento, que na segunda-feira seja  
297 feito contato com todos os distritos para que estes definam, qual o melhor local para  
298 saída dos ônibus. Simone pede ao Eduardo que esclareça sua proposta sobre creche.  
299 Eduardo fala do que considera ser uma falha da Comissão Organizadora, o fato de  
300 não ter sido providenciada a creche e propõe que seja coletivamente assumida essa  
301 falha que, no seu entendimento, será motivo de críticas e protestos durante a Plenária  
302 Municipal. O conselheiro Roberto, propõe que se busque uma solução para a questão  
303 da creche semelhante à encontrada durante a realização da I Conferência Municipal  
304 de Saúde da Mulher. No ponto seguinte da pauta sobre o Hospital Sofia Feldman,  
305 Simone lê documento encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde e sobre parecer  
306 da CTFCA, favorável ao adiantamento no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais)  
307 àquele hospital. O conselheiro Ivo de Oliveira Lopes, diretor do hospital, faz um  
308 breve relato do problema e o conselheiro Roberto, em nome da Câmara Técnica,  
309 apresenta as razões pelas quais a solicitação de adiantamento teve parecer favorável  
310 daquela CT. O conselheiro João Athayde, fala que na reunião da CT o testemunho de  
311 pessoas que vivem os problemas enfrentados pelo hospital foi decisivo para que o  
312 adiantamento fosse aprovado. Defende que, se o SUS pretende contratar a rede  
313 privada, tem que remunerar melhor para exigir serviços de qualidade. O conselheiro  
314 Fausto Santos, fala que paralelo a essa questão do adiantamento, a Secretaria vem  
315 discutindo com o Sofia Feldman um novo contrato que estabeleça direitos e deveres  
316 bem claros, no que se propõe seja um novo relacionamento entre o gestor e o  
317 hospital. Estando o plenário esclarecido para votar, Simone inicia a chamada nominal  
318 dos conselheiros para votação, considerando como proposta 1, a aprovação do  
319 parecer da CT, favorável ao adiantamento e proposta 2, a não aprovação. Por 11  
320 (onze) votos favoráveis à proposta e 01 (uma) abstenção, foi aprovado o  
321 adiantamento ao Hospital Sofia Feldman, no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil  
322 reais). Na seqüência, por ter que se retirar, Simone, passa a condução dos trabalhos ao  
323 conselheiro Fausto Santos. Fausto dá seqüência aos trabalhos, apresentando pleito do  
324 Hospital Universitário São José para receber recursos do REFORSUS, que tem  
325 parecer favorável da CTFCA, condicionado à prestação de contas de um convênio  
326 autorizado em Outubro/97, no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), recursos estes  
327 provenientes de emenda parlamentar e que, segundo informação enviada por ofício  
328 pelo Hospital, não foram recebidos pelo mesmo, razão pela qual, não tem como  
329 prestar contas. O conselheiro Eduardo, pergunta de quem o hospital deveria receber o  
330 dinheiro. Fausto esclarece que o dinheiro era fruto de emenda parlamentar do  
331 deputado Elias Murad e seria repassado pelo Ministério da Saúde. Eduardo propõe  
332 que seja retornado à CT para que verifique a veracidade da informação. João  
333 Athayde, propõe que a secretaria esclareça junto ao Ministério a questão, sem  
334 prejuízo da aprovação do Conselho. Fausto, sugere que o próprio Conselho, através  
335 de sua Secretaria Executiva, consulte o Ministério. O conselheiro Antônio Gomes,  
336 reforça esta proposta. Por consenso do plenário ficou definido que será encaminhado  
337 Ofício do CMS ao Ministério sobre o convênio de Outubro e aprovada a proposta



338 atual de convenio do REFORSUS. Na seqüência, é iniciada a discussão sobre o II  
339 Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde e Fausto informa que a mesa diretora  
340 entendeu que os delegados a esse Encontro poderão ser escolhidos entre os novos  
341 conselheiros a serem eleitos na Plenária Municipal, já que o Encontro só se realizará  
342 no início de Junho. Na presente reunião, segundo diz, deverão ser escolhidos apenas  
343 os delegados ao Encontro Estadual previsto para 14 de Maio. O conselheiro José  
344 Osvaldo, diz concordar que os delegados ao Encontro Nacional apenas sejam  
345 escolhidos após a eleição dos novos conselheiros, mas defende que já sejam definidos  
346 quantos delegados Belo Horizonte irá mandar ao Encontro. O conselheiro Eduardo,  
347 concorda com José Osvaldo, mas lembra que os novos conselheiros só serão  
348 empossados em Junho embora a eleição seja antes e propõe que durante a Plenária  
349 sejam definidos apenas os nomes. O conselheiro Antônio Gomes, defende que, se o  
350 atual Conselho vai até Junho, deveria se prestigiar os atuais conselheiros. O  
351 conselheiro Paulo César, fala da importância do evento e sugere uma delegação de 20  
352 (vinte) pessoas, escolhidas respeitando-se a paridade. Considera justa a questão  
353 levantada por Antônio Gomes e propõe que das 20 vagas, só as que não forem  
354 preenchidas dentro do atual Conselho sejam levadas à Plenária. João Athayde, lembra  
355 situações em que conselheiros deram o nome para viagens e não apareceram, gerando  
356 prejuízo à Secretaria. Paulo César, apresenta recurso quanto à eleição de prestadores  
357 para a Plenária Municipal e propõe que sejam oferecidas 20 (vinte) vagas para a  
358 UFMG, 20 (vinte) para prestadores públicos, 20 (vinte) para os filantrópicos e 20  
359 (vinte) para os prestadores privados. A conselheira Adélia, defende que instituições  
360 maiores como a FHEMIG tenham um maior número de vagas e propõe reduzir para  
361 13 (treze) o número de delegados da UFMG. Após breve discussão sobre essa  
362 distribuição, ficaram definidas 26 (vinte e seis) vagas para os prestadores públicos e  
363 14 (quatorze) para a UFMG. Definiu-se ainda que também os delegados ao Encontro  
364 Estadual de Conselheiros serão escolhidos na Plenária Municipal. Às 19:10 horas,  
365 nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata  
366 que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho e pela  
367 secretária-geral.

368 Belo Horizonte, 30 de Abril de 1998.

369 RFF/vld